

Proposta de negociação encontra resistência dos bancos europeus

16 OUT 1987

por Jurema Baesse
de Brasília

Os bancos europeus estão resistindo em aceitar as mesmas bases do acordo de reestruturação da dívida externa brasileira que estão sendo negociadas nos Estados Unidos, entre a missão de negociação brasileira e o comitê assessor de bancos. A dificuldade foi admitida, ontem, pelo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira. Segundo ele, a proposta que está em discussão interessa aos governos americano e brasileiro e também aos bancos credores americanos. Os demais países, porém, estão com alguma dificuldade em aceitá-la.

Bresser, que expôs, ontem, durante reunião do Conselho Monetário Nacional, o atual estágio de negociação da dívida brasileira, informou que "o Brasil recebeu uma proposta dos credores e do governo americano que, em princípio, é basicamente aceitável". Essa proposta, detalhou, irá implicar um depósito de cerca de US\$ 500 milhões, em DES (direito especial de saque) no Banco de Compensações Internacionais (BIS) na Basileia, Suíça, no início da próxima semana, e os bancos, por sua vez, fariam um depósito de cerca de US\$ 1 bilhão. O total de US\$ 1,5 bilhão irá corresponder ao pagamento dos juros vencidos no último trimestre deste ano, explicou o ministro.

Em dezembro, continuou, o Brasil faria um novo depósito no valor de US\$ 1 bilhão e os bancos colocariam mais US\$ 2 bilhões, ao que o ministro qualificou para os conselheiros de um "bridge-loan", ou seja, um empréstimo-ponte. No total, o Brasil estaria refinanciando o montante de US\$ 4,5 bilhões, que corresponde à despesa de juros deste ano. Apenas com o depósito de US\$ 500 milhões, acentuou Bresser, não está indicado que o Brasil saiu da moratória. "Quando houver o segundo pagamento, em dezembro, é que podemos dizer que a moratória está acabando." O seu fim, entretanto, acrescentou, irá depender da assinatura do protocolo final, quando estará acertado o acordo de refinanciamento para 1987, 1988 e 1989, que totaliza o US\$ 10,4 bilhões.

Para o ministro, "será basicamente a nossa proposta". E esse primeiro de-

pósito, disse ele, "só será feito se o Brasil tiver um avanço significativo nas negociações". A proposta prevê a desvinculação dos desembolsos dos bancos privados com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a autorização para a "securitização" (colocação de bônus da dívida), além do alongamento do refinanciamento.

O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, por sua vez, informou que "as negociações estão progredindo". Segundo ele, não se deve confundir pagamento simbólico dos juros com o depósito caucionado, segundo relato da editora Maria Clara R. M. do Prado. O depósito pode ser retirado caso ambas as partes não cumpram as cláusulas do protocolo; já o pagamento simbólico não tem reversão.

Com relação ao FMI, Milliet entende que "os bancos já absorveram a proposta brasileira de desvinculação com o Fundo, mas é bom lembrar que num processo de negociação não se abre mão de nada".